

# 18

## Acerca de rupturas ou continuidades na leitura e escrita

*Emilia Ferreiro*

Texto inédito com base na Conferência Inaugural das “Jornadas de Profesionales del Libro”, “Feria del Libro Buenos Aires” — Abril 2006, com atualização dos dados e expansão da parte dedicada à escrita dos jovens através de meios informáticos.

Sobreviveu por 244 anos no papel, mas migrou para a internet em 14 de março de 2012, apesar de todo seu prestígio, dos admiráveis elogios recebidos e da reputação de seus autores. Estou falando, óbvio, da *Encyclopaedia Britannica*. Estou recordando o choque que tivemos ao ler essa notícia, nós que temos o costume de circular entre e intra-livros. Era uma morte anunciada, mas era muito difícil aceitar que tivesse morrido assim, por maus motivos econômicos, sem que pudéssemos lhe render honras fúnebres.

Seis anos antes, em janeiro de 2006, a companhia Western Union, que havia mantido por mais de um século o monopólio dos telegramas nos EUA, anunciou que acabava de cancelar o envio dos mesmos. Esta notícia foi pouco divulgada. Apenas uma mensagem breve na página web da companhia. Esse objeto, o telegrama, associado a eventos importantes (nomeações ou demissões, nascimento ou mortes), materializado em um papel dobrado dentro de um envelope, com caracteres singulares impressos em letras de forma maiúsculas, desapareceu. O gênero — mensagem mínima que evita todo recurso retórico para economizar palavras — migrou para outros suportes (mensagem de texto de celular para celular ou outros dispositivos eletrônicos) e suas funções se trivializaram: as novas mensagens breves, repletas de abreviaturas, servem para fixar encontros, compartilhar estados de espírito momentâneos, ou simplesmente para se “conectar ou se comunicar”, sem que o conteúdo a ser comunicado importe muito.

Junto com os telegramas também desapareceram as cartas pessoais. O correio eletrônico é muito mais eficiente. Essas mensagens não

têm o mesmo formato da carta no papel. Também não devem acumular assuntos para facilitar o arquivo em pastas específicas. Quando é necessário, escaneia-se uma carta formal e se envia como anexo para que o destinatário possa convertê-la em objeto de papel.

Que outros gêneros estão migrando de suporte? Será que vai haver a desapareição de alguns gêneros e substituição de antigos suportes?

Há dez ou doze anos, no início do milênio, escutavam-se reiteradamente vozes premonitórias que apontavam, com data marcada, a última edição em papel do *The New York Times* e a desapareição definitiva do livro em papel. Algo disso está ocorrendo. O último exemplar impresso de *Newsweek* teve a data de 31 de dezembro de 2012, quando a revista completava quase 80 anos. No entanto, vaticínios catastrofistas são recebidos com certo ceticismo. Aposta-se numa coabitação do texto suportado pelo papel com o texto digitalizado e desmaterializado. Depois de tudo, os aviões não fizeram os grandes navios desaparecerem, nem a transmissão das partidas de futebol pela TV fez desaparecer o interesse em ver o jogo no estádio. As grandes feiras do livro se mantêm saudáveis, sem sinais de deterioração.

No entanto, muitas coisas estão mudando. Não se trata de fazer projeções do futuro sobre cada um desses indicadores nem de construir discursos apocalípticos, mas de refletir sobre sua possível significação, tentando manter em estado de alerta o espírito analítico porque as mudanças espetaculares que se iniciaram há 30 anos, com a chegada dos computadores pessoais, continuam dando espaço a novidades deslumbrantes. (Recordemos que em 12 de agosto de 1981 foi colocado no mercado o primeiro IBM 5150 Personal Computer. É certo que as vantagens tecnológicas geraram rapidamente seus próprios inconvenientes: os vírus da informática também acabam de completar seus primeiros 25 anos.)

Em apenas 30 anos as TICs mudaram radicalmente os modos de comunicação a distância, transformaram os controles empresariais, fizeram surgir novas profissões e desaparecer outras, penetraram profundamente na vida pública e privada.

Os senhores, profissionais do livro, sabem muito mais que eu sobre o impacto das novas tecnologias na indústria editorial. Infelizmente não possuo aptidões clarividentes e sei pouco, quase nada, sobre o funcionamento do mercado. Como autora, sei algo sobre os intrincados problemas enfrentados pelos contratos de edição e a instituição do *copyright*, ameaçada pelas fotocópias muito antes da ameaça da internet.

Meu ofício é a pesquisa e minha paixão intelectual é tentar compreender de que forma as novas gerações se aproximam e acabam se apropriando da cultura escrita própria de seu tempo. Como pesquisadora, tenho mais perguntas que respostas para lhes oferecer, mas talvez não seja inconveniente compartilhar com os senhores algumas dessas dúvidas, inquietudes e questionamentos nesta época de transição, em que a escrita transita entre o papel e os monitores, nesta época de fascinação por tecnologias que transformaram profundamente nossa relação com a escrita e com as imagens.

\* \* \*

A potência das novas tecnologias da palavra e da imagem é tão inegável que não pareceria necessário contribuir para sua promoção com discursos sedutores. No entanto, são produtos que devem ser vendidos e não escapam às regras do jogo da propaganda. Uma das vertentes desses discursos fala da liberdade, a tal ponto que todos os produtos digitais parecem anunciar uma “tecnologia da libertação”.<sup>1</sup> Dizem que o texto está se libertando da tecnologia do livro. Os textos circulam sem que circulem os suportes materiais que tradicionalmente lhes davam corpo, forma e substância. O leitor também estaria se libertando das ordens impostas pela tecnologia precedente: já não está obrigado a folhear páginas que se sucedem em certa ordem, pode saltar com facilidade de um texto a outro, justapor, compor. Não deve se deslocar fisicamente para encontrar uma informação. Os textos estão a distância de um clique.

Qual é o preço desta liberdade, para os textos e para o leitor? No objeto livro, o texto era um objeto fechado, acabado, com garantia de

permanência. No espaço digital os textos são objetos abertos, em perpétuo movimento, sem garantias de que voltaremos a encontrá-lo ali, onde o vimos há poucas horas. Textos pensados, refletidos, coexistem no espaço da internet com textos apressados, nem sequer revisados antes de serem colocados em circulação. Todos têm mais ou menos a mesma aparência. Melhor dito, na internet é muito fácil dar aparência de seriedade a textos precários, muito mais fácil que imprimir com prolixidade.

Portanto, há novas demandas ao leitor. O leitor em busca de uma informação carece dos indicadores, construídos durante séculos de prática editorial, que permitam dar confiabilidade a um texto antes de ser lido: o prestígio de uma casa editorial, o cuidado da edição, a pertença a certa coleção. No espaço da internet temos duas opções: confiar em sites cuja seriedade é anterior à internet ou construir novos índices de confiabilidade. O primeiro é o mais fácil e não constitui nenhuma novidade em si. Transferimos ao site de organizações nacionais ou internacionais previamente conhecidos a mesma confiança informativa que atribuímos à sua produção em papel. E fazemos o mesmo com a versão na internet dos jornais e das editoriais.

O difícil é construir índices de confiabilidade para a grande maioria dos sites que carecem de uma contrapartida institucional previamente dotada de legitimidade. Claro que é de praxe o botão com a legenda “quem somos”, mas como é tão fácil criar aparências, a informação que se desdobra, por sua vez, deve ser criticamente avaliada. Os links que o site oferece a outros sites também são um indicador, tanto quanto o desenho da página e o recurso de imagens ou animações. Para nós, que nos preocupamos com a formação do leitor, é importante reconhecer a dificuldade desta tarefa. Devemos construir junto com os jovens esses indicadores. De fato, temos pouco que lhes ensinar.

O leitor ganha liberdade, mas deve aprender a selecionar com rigor. Os buscadores são muito potentes, mas as listas que respondem ao critério de busca costumam ser impressionantes. É preciso também apoiar-se em poucos indicadores para avaliar se a referência listada corresponde ao procurado. Seguir todas as indicações que um site de

busca dá é correr o risco de esquecer o objetivo inicial e perder-se em múltiplas trilhas alternativas.

O novo leitor deve construir índices de confiabilidade, deve categorizar o que decide conservar, deve lembrar nomes e siglas momentâneas, rotas de acesso, chaves de identificação e senhas. Deve aprender novos modos de identificação de si mesmo e dos sites que quer ter acesso. As demandas ao leitor se dirigem a uma abrangência cada vez maior da quantidade de textos que, obviamente, serão lidos com menor profundidade. Muitos deles serão lidos rapidamente uma única vez.

\* \* \*

Os profissionais do livro e da leitura se perguntam frequentemente: Qual é a ameaça contra a leitura dos livros? Há uma resposta óbvia para a leitura recreativa e outra, menos trivial, para a leitura do estudo. Para a leitura recreativa a resposta fácil é que há uma considerável quantidade de distrações, dentro e fora do âmbito doméstico, que competem com o livro. A televisão, como já sabemos, e os múltiplos dispositivos eletrônicos que permitem jogar, compartilhar música e imagens. E o que virá... Em termos de escolha, prefere-se a sedução imediata das imagens ao esforço sustentado que supõe a leitura de um livro. Sobretudo porque o livro coloca o leitor em isolamento, fazendo algo sozinho, por si mesmo, enquanto tudo o mais é fácil fazê-lo em grupo. Uma enquête realizada com jovens, em 1990, em sete capitais europeias indicava que a compra de livros não constava sequer em último lugar entre seus gastos. As prioridades para gastar dinheiro disponível, então, eram: comprar CDs, *fast-food*, pizzarias, discotecas, bares, cinemas, concertos de bandas ou grupos musicais da moda, quadrinhos, revistas. Tudo parece indicar que esta lista permanece tal qual, só que são acrescentados, agora, os novos dispositivos para transportar e compartilhar música, os iPhones e outros. Os livros não fazem parte do conjunto de objetos de consumo aspirados pelos jovens urbanos de sociedades modernas. Leem outras coisas. O que leem está em outros suportes. Tiveram uma escolaridade mais prolongada que

seus pais, mas a cultura que os define como jovens não passa pelas prateleiras das bibliotecas.

As distrações da era tecnológica competem fortemente com a leitura recreativa. Mas talvez não seja conveniente pensar na tradicional distinção entre leitura de estudo e leitura recreativa. Há outras dicotomias possíveis. Por exemplo, há livros que sugerem, por seu conteúdo e organização, uma leitura fragmentada. Tipicamente, um dicionário ou uma enciclopédia, mas também uma antologia de contos, poesias ou ensaios, um livro de Galeano. Há livros que, ao contrário, exigem uma leitura continuada em um tempo relativamente longo, livros onde os capítulos não são independentes, obras cujas divisões internas indicam rupturas dentro da continuidade (um romance, uma biografia, um texto de estudo com um tema unificado).

Estes dois tipos de livros exigem atitudes diferentes por parte de leitor. Os primeiros, onde cada seção, alínea ou capítulo se fecha em si mesmo, prestam-se bem a períodos curtos de leitura, atenção momentânea, recordação fugaz ou fragmentada. Os outros, ao contrário, exigem um compromisso de longo prazo. Os de estudo, um compromisso de semanas ou meses. Um romance ou biografia volumosa podem nos prender ao ponto de devorá-lo em uma noite ou disputar espaço com as tarefas cotidianas. Mas, em qualquer caso, estes livros exigem um compromisso duradouro do leitor com a obra, consciente de que o texto o obrigará a guardar na memória uma série de nomes, dados e detalhes que vão sendo utilizados provavelmente “mais adiante”.

Este tipo de leitura, que exige continuidade, compromisso com o texto, esforço de atenção e memória, é o que está sendo atacado — indiretamente — por alguns dos novos desenvolvimentos tecnológicos. Em particular, os dispositivos portáteis são o protótipo de tecnologia exitosa que ameaça a leitura continuada. Devo explicar por que digo isto e para tanto é preciso fazer uma breve incursão sobre outro assunto: **o silêncio e a solidão.**

Na antiguidade clássica (ocidental) a leitura em voz alta era considerada a “verdadeira leitura”, porque o leitor era um intérprete de um texto não marcado (um texto sem espaços entre palavras e sem pontuação). O leitor se preparava para a interpretação, como hoje um músico (que pode ler perfeitamente uma partitura sem “tocá-la”) se prepara para “fazê-la tocar”, ou seja, para lê-la em voz alta, com a voz de um instrumento.

A leitura sem voz foi se impondo quando os dispositivos textuais mudaram: textos pontuados, com parágrafos ou seções claramente diferenciadas, com títulos e subtítulos, com números de páginas e, dentro da página, com incisos organizados, são textos que permitem a consulta, a recuperação de um fragmento e a citação. É evidente que isto não ocorreu de maneira isolada, mas é contemporâneo da aparição de novos modos de circulação de textos, da necessidade da leitura extensiva, além da leitura intensiva, e de novos modos de ensino, progressivamente desprendidos da vida monacal: as universidades. As bibliotecas, antes cheias de burburinho, fizeram-se silenciosas. **O silêncio se associou de maneira vinculante ao ato de leitura.**

Silêncio e solidão parecem ser termos “politicamente corretos” do mundo contemporâneo. Ninguém faz o elogio desses dois conceitos. Falam deles mais como “perigos a serem evitados”. A interconexão é o antídoto para a solidão. “Comunique-se com qualquer um, não seja seletivo, comunique-se. Tenha seus dispositivos sempre ligados e sofra um novo tipo de inquietação se durante três horas consecutivas não receber ligações. Entre em qualquer uma das redes sociais e comunique-se com quem for, dizendo verdade ou mentiras, pouco importa. O que importa é que ‘se comunique’ (o conteúdo da comunicação já não importa). Não fique em silêncio. Procure jogadores na internet para compartilhar um videojogo. Ligue a televisão, faça o que for, mas evite o silêncio, por favor, que é deprimente. Se possível, desperte-se com a televisão ligada ou, melhor ainda, não a desligue nunca. Também não desligue seu computador e seus dispositivos, porque são garantia de conexão com o virtual.”



Estar sozinho e em silêncio, com um livro entre as mãos, sempre foi uma atitude potencialmente perigosa. Na primeira metade do século XX, em meios rurais, inclusive europeus, e franceses por acréscimo, era considerado *un vice solitaire*, ao mesmo nível que outros vícios solitários. A menos que se trate de um manual escolar ou de um livro de devoção religiosa, essa leitura silenciosa, para si mesmo, é considerada ainda hoje “tempo perdido” ou coisa de “ociosos” em muitos meios populares submetidos às urgências da sobrevivência cotidiana.

\* \* \*

Os tempos apertados e a urgência dos resultados vão contra a leitura continuada. Já nos acostumamos a comprar tempo de comunicação adiantado, sob a forma de um cartão. **Os editores não vendem, junto com o livro, o tempo da desconexão.**

O iPhone, com suas múltiplas funções e sua vertiginosa disseminação, é um objeto emblemático que simboliza plenamente o ideal de “fazer parte da rede virtual de interconectados”. Não é só o protótipo do valor da interconexão por cima do conteúdo da comunicação. É também o símbolo da fragmentação dos textos e da comunicação disruptiva. Espaços, antes fechados aos ruídos do exterior, são invadidos de repente por sons de alarme (musicais ou não). Não é a sirene da polícia nem das ambulâncias. Esses alarmes podem ser evitados, com a condição de ter o ouvido coberto e um cordão que o conecte com um aparelho. “Não posso me desconectar”, um aluno explica a um professor. Está claro que, para o aluno, desconectar-se é como cortar o cordão umbilical que lhe permite respirar.

O celular e outros dispositivos tornaram natural a perda de intimidade. As conversas com os dispositivos portáteis são públicas. A conexão de internet entra na lista das condições básicas para moradia. Escuto uma aluna que, no pátio da minha instituição, está conversando com uma amiga sobre um alojamento e lhe diz: “que tenha o mínimo, fogão e internet”. Portanto, estar conectado à internet está no mesmo nível de poder esquentar água para o café e poder cozinhar algo para comer.

A própria ideia de cabine telefônica está em vias de desaparecimento. O telefone fixo impunha restrições ao movimento do corpo. O celular e os novos dispositivos, ao contrário, parecem suscitar o movimento de todo o corpo. Falar caminhando, deslocando-se, mas levando consigo o interlocutor, é uma experiência à qual não se deve resistir.

É bom saber que a psicologia clínica norte-americana já fala de *specific learning disabilities* vinculadas com as novas tecnologias. Não me estranharia que a pergunta “de que redes sociais você participa?” seja incorporada ao questionário básico de diagnóstico psicológico para adolescentes. Estou preparada para imaginar que escolher o silêncio para ler (ou escrever) e preferir fazê-lo em solidão sejam considerados sintomas de patologia.

\* \* \*

Mas esses dispositivos portáteis também permitem enviar mensagens de texto. De fato, os jovens (e também as crianças) escrevem nas telas minúsculas. Escrevem da tal forma que assustam os adultos: mensagens repletas de abreviaturas com um uso abundante da letra K. Que tipo de escrita é essa? Será que algum dia vão saber escrever “com todas as letras”, como se deve?

Os jovens não estão inventando as abreviaturas. Colocar algumas letras no lugar de uma palavra completa é uma prática muito antiga. Os historiadores nos informam de que, desde o início do século II anterior à nossa era, as inscrições latinas apresentam uso abundante de abreviaturas. Os nomes próprios eram abreviados com as primeiras letras (**A**ug, para Augustus) ou com a simples inicial (**M** para *Marcus*, **C** para *Caius*). Nomes frequentes também eram abreviados, duplicando-se a letra para indicar o plural: **f** para *filius*, filho, e **ff** para *fili*, filhos (Desbordes, 1995). A duplicação de letras para indicar plural sobrevive em algumas abreviaturas arcaicas, por exemplo, AA.VV. para vários autores; FFAA para forças armadas. Durante a Idade Média proliferaram abreviaturas, exatamente pelo custo da superfície escrita (o pergaminho) e, antes da introdução do papel por meio dos árabes, devido à escassez de peles de boa qualidade.

“Não tem todas as letras, mas se pode ler.” Em todos os casos pretende-se que o leitor reconstitua o não escrito; essa reconstituição está garantida por uma comunidade de leitores que comparte as informações necessárias. O mesmo ocorre com os jovens atuais. Brincam com as abreviaturas ao se comunicar entre eles. Os destinatários de suas mensagens não são os adultos “extracomunitários”.

Mas as abreviaturas, em si mesmas, constituem um interessante problema teórico, que Françoise Desbordes (1995, p. 204-205) coloca em termos muito precisos:

Em realidade, a ideia que se pode fazer da escrita varia consideravelmente conforme ela se relacione com o oral anterior que ela deve representar ou com o oral posterior que ela tem a missão de suscitar. No esquema [oral<sub>1</sub> → escritura → oral<sub>2</sub>] a escrita se encontra entre duas funções: a de ser uma análise do oral<sub>1</sub>, ou a de dar os meios para produzir o oral<sub>2</sub>; contudo, esses meios podem ocorrer sem passar por uma análise detalhada do oral<sub>1</sub>, e se as considerações práticas se impõem às considerações científicas, o ideal fonográfico já não tem sentido.

Na história da escrita encontramos um procedimento interessante que foi utilizado em várias ocasiões, por diferentes culturas. É o procedimento do *rebus*, que consiste em desenhar um objeto não para aludir a esse objeto, mas ao seu nome, enquanto padrão sonoro. É isso que os jovens fazem quando misturam números e letras: os números não têm valor numérico, só servem para aludir ao seu nome. Por exemplo, na composição **salu2** o número vale por seu nome, que é a sílaba *dos*, o que permite ler “saludos” [saudações], na composição **100pre** ocorre o mesmo, autorizando a leitura “sempre”; **a1q** equivale a “aunque” [ainda que], com a sílaba final abreviada de uma maneira muito generalizada (q = que).<sup>1</sup> Não só esta abreviatura está muito ge-

---

<sup>1</sup> Alguns exemplos em português seriam: qq = qualquer; obg = obrigado; ã = não; vdd = verdade; ctz = certeza; blz = beleza; vc eh d + = você é demais; qtas xx = quantas vezes; d 1 tpo = dê um tempo. (N.T.)

neralizada, mas é muito antiga e parece abundantemente na primeira edição de Dom Quixote, de 1605.

Outros procedimentos que aparecem nas breves mensagens de texto dos jovens também são de uso muito generalizado: utilizar os sinais das operações aritméticas de multiplicação, soma ou subtração também para aludir ao nome dessas operações ( $xq$  = porque).

O uso da letra K, nas escritas juvenis, tem um claro sentido transgressor. É uma letra de uso restrito, que sobrevive graças ao *kilo*, mas que pertence ao abecedário oficial. Tanto usam essa letra que pode aparecer também no papel. Por exemplo, uma jovem mãe mexicana recebe de seu filho adolescente, depois de uma discussão, uma mensagem que termina assim:

xfo Entiendeme  
y kiero k nunk t olvides q aunke haya problemas ps siempre voy  
a estar alli x1 Simple y sencilla razón: Soy TU HIJO

Y kiero k nunk t olvides q aunke haya problemas ps siempre voy  
a estar alli x1 simple y sencilla razón: soy tu Hijo<sup>2</sup>

[Kero k nunk se esqueça q msm q tenha probs ps vou estar aí por 1 pura  
e simples razão: sou seu fº.]

Com uma olhada normativa se poderia acusar o autor deste fragmento de inconsistência: de fato, o primeiro K substitui o dígrafo *qu*; o segundo substitui a palavra *que*; o terceiro representa a sílaba *ca*; o quarto é como o primeiro. Também há inconsistência entre o início e o que segue: o início repleto de abreviaturas (também inconsistentes, já que a palavra *que* aparece primeiro como K e logo como q) e um final claramente alfabético convencional (exceto pela abreviatura *x1*, equivalente a *por uma*). Nada menos atinado que pedir consistência a este tipo de escrita, baseada na imediatez e na espontaneidade, sem pretender acordos duradouros sobre “o que sim e o que não”.

As telas são pequenas e isso, por si só, suscita as abreviaturas. Também abreviamos quando o que queremos publicar em um jornal custa mais segundo o número de caracteres. O que podemos dizer dos avisos classificados abaixo, publicados na seção de imóveis de um jornal de grande circulação de Buenos Aires?

- (a) **3amb fte bcon corr<sup>ii</sup>**
- (b) **2dorm c/plac toil ampl coc y com drio ptio recicl MB est**
- (c) **Bcon lum lav r/pint**
- (d) **PH m/b/est fte s/exp m/lum LC en L**
- (e) **5amb Exc 4dor 3bño tza jdin pisc parr gge**

Estes anúncios são tão transparentes quanto a mensagem do jovem à mãe? Quando os apresentei aos meus alunos mexicanos acabaram ficando totalmente opacos. Por exemplo, a abreviatura **amb** (ambientes) não corresponde ao usado no México, onde se fala de “recámaras” para o que lá se abrevia como **dorm** (dormitórios). Aqui os números são usados no sentido quantitativo, mesmo que apareçam colados às letras. Adicionalmente, utilizam-se barras oblíquas com significados difíceis de interpretar para alguém de outras tradições culturais (mesmo que comparta a mesma língua). Por exemplo, *c/plac* equivale a

---

<sup>ii</sup> Observações sobre o que cada anúncio diz em espanhol e a tradução correspondente:

- a) 3 ambientes frente balcón corrido [3 cômodos — que podem equivaler a sala de estar e 2 dormitórios — de frente, sacada única para quarto e sala];
- b) 2 dormitorios con placard Toilete amplia cocina y comedor diario patio reciclado muy buen estado [2 dormitórios com *closet* lavabo ampla cozinha e copa quintal reformado muito bom estado];
- c) balcón luminoso lavandería recién pintado [sacada luminoso área de serviço pintura nova];
- d) PH (Propiedad Horizontal) Muy buen estado frente sin expensas muy luminoso, living comedor en forma de L [Apartamento — em um sobrado que foi dividido verticalmente em mais de uma moradia — muito bom estado frente sem condomínio muito luminoso salas de estar e jantar em forma de L];
- e) 5 ambientes Excelente 4 dormitorios 3 baños terraza jardin piscina parrilla garaje [5 cômodos Excelente 4 dormitórios 3 banheiros varanda/terraço jardim piscina churrasqueira garagem] (N.T.)

“con placard” [com *closet*], algo que no México se chama “closed”; r/pint equivale a “recién pintado” [recém-pintado] e m/lum deve ser interpretado como “muy luminoso” [muito luminoso]. Uma expressão particularmente difícil é “LC en L”, que deve ser interpretada como “living-comedor en forma de L” [sala de estar/jantar em L], com um primeiro L que abrevia uma palavra e um segundo que se refere à forma de distribuição dos ambientes, distribuição que se deve supor como particularmente desejável e por isso é anunciada. Inconsistência nos recursos utilizados? Evidentemente, os anúncios classificados não resistem a uma prova de consistência. Sirvam os exemplos e estes acréscimos para mostrar que as abreviaturas são relativas a uma comunidade de leitores (comunidades nacionais, profissionais, de idade ou o que for).

Valham estas indagações, comparativas e históricas, para sustentar a seguinte conclusão. Há até bem pouco tempo os educadores se assustavam ao constatar que os jovens só escreviam “por obrigação”. Agora ocorre que acabam escrevendo muito mais que antes, só que não escrevem “como deveriam fazê-lo”. Decididamente, as expectativas de uns e outros diferem radicalmente. Assim, nunca vão se encontrar. A língua escrita, assim como a língua oral, responde a registros comunicativos que se deve aprender a distinguir. Falar com um juiz como se fosse um colega tem consequências nefastas, e as mesmas consequências ocorrem por não saber como “falar por escrito” com diferentes interlocutores. Os que abreviam excessivamente e usam demais a letra K, de alguma maneira, sabem que poderiam usar “todas as letras” e usar C ou S no lugar de K. Tanto os procedimentos de abreviação (em sua sucessão histórica) como os usos normativos de K (e sua origem) poderiam ser objeto de reflexão inteligente em sala de aula. Talvez isto reduzisse o abismo atual.

\* \* \*

As novas tecnologias são maravilhosas e não estou tentando, de forma nenhuma, negar sua utilidade para as aprendizagens. Talvez não para TODAS as aprendizagens e para qualquer idade. Mas se deve



assumir que fazem parte do cotidiano da vida das crianças e jovens em processo de crescimento. Trata-se também de distinguir entre os objetivos do desmedido negócio que geraram, entender minimamente a guerra desatada entre Apple e Microsoft, e fazer frente à propaganda da tecnologia digital com o mesmo distanciamento que temos frente à propaganda de qualquer outro produto. Assim, se não acreditamos que uma mulher ou um homem se converterão em símbolos sexuais por utilizar tal ou qual perfume, também podemos duvidar das aprendizagens instantâneas que se podem produzir quando a tela substituir os livros nas mesas escolares.

De fato, não dispomos ainda de evidências que mostrem que a aprendizagem de certo conteúdo curricular através da internet seja superior (em algum sentido) às aprendizagens através dos livros (no plural), no nível de educação básica obrigatória. No nível universitário é outra coisa.

Estas tecnologias se instalam em um mundo profundamente desigual. Apresentam-se como “todo-poderosas” e também vão contribuir, dizem, a reduzir as desigualdades. Os *laptops* de 100 dólares (os que irão em cada mochila escolar) vão ajudar a reduzir as mortes infantis por causas tão previsíveis quanto as infecções por falta de água potável? Os vendedores dizem que sim, porque as informações pertinentes sobre os riscos da água contaminada serão colocadas à disposição de todos. Se você tem informação, já tem tudo de que necessita.

Este é o ponto: confundir o acesso à informação com o acesso às condições que vão mudar o modo de vida das pessoas. Antes se dizia: são subdesenvolvidos porque não sabem o suficiente (a educação como chave do conhecimento). Agora se diz: são subdesenvolvidos porque não têm acesso à informação suficiente (a informação como chave para o êxito individual e de associações empresariais seja de que tamanho for).

Ser líder, ser propositivo, arriscar na tomada de decisões... e ter informação atualizada no minuto. Conhecer? O que é isso? Conhecer é, quando muito, integrar informações. Outra acepção do verbo “conhecer” parece que nos remete à história da epistemologia,

uma história que não comove nem perturba os exitosos do mercado informático.

\* \* \*

O espaço da internet não é um espaço para analfabetos. Ao contrário, a internet exige, como disse antes, competências adicionais às que estávamos acostumados a exigir no caso dos livros. A definição de analfabetismo não é estática, mas histórica. Muda segundo mudam as exigências sociais, em virtude de novas práticas relacionadas com os padrões escritos. Estar alfabetizado para o mundo contemporâneo exige muito mais do que há 50 anos.

Ficaram atrás, felizmente, os tempos em que certos grupos sociais eram proibidos de ter acesso à cultura escrita, tempos em que uns poucos escravos dos EUA se alfabetizavam às escondidas, para ter acesso à Bíblia. Tempos em que um escravo, ou mesmo um liberto, podia ser castigado em praça pública caso fosse descoberto que sabia ler.

Os tempos mudaram. Em 2005, um empregado de um armazém de uma instituição é despedido — ou seja, castigado com a dispensa — por não poder utilizar o programa informático que controla entradas e saídas da mercadoria. O que é penalizado não é o acesso a um texto sagrado (mas proibido aos escravos), mas o acesso obrigatório (e, ao que parece, espontâneo) a uma tecnologia vinculada aos custos e lucros.

Efetivamente, a alfabetização digital invade todas as profissões, das que têm mais requisitos de qualificação às que têm menos. Sabemos definir com bastante precisão o comportamento de um indivíduo altamente ou medianamente alfabetizado frente a um conjunto de livros. Um indivíduo altamente alfabetizado é independente, não precisa ajuda suplementar para escolher, ordenar, comparar e encontrar as informações requeridas. Frente a um computador, a maioria dos que se consideram alfabetizados o são em menor grau. São parcialmente independentes porque ignoram muitas das funções dos programas, porque se movem com dificuldade naqueles programas que manejam



com pouca frequência, porque entram em crise facilmente quando algo não funciona como esperado. Aprendemos a ter tutores muito jovens, que funcionam como próteses temporais, assistentes técnicos que solucionam os problemas momentâneos dos usuários. Esses personagens se tornaram indispensáveis nas instituições. Ajudam a simular que todos têm competências informáticas quando na realidade a maioria tem uma alfabetização digital básica, quase equivalente a soletrar.

Quem vai se encarregar da alfabetização digital? Como medida de emergência, instituições e empresas oferecem cursos de reciclagem. Em longo prazo, existe a expectativa de que o sistema escolar, em algum dos níveis da educação básica obrigatória (de 4 a 15 anos), assuma essa função.

A educação básica é o reservatório de todas as expectativas sociais. Basta com que um tema requeira urgência social através dos meios para que aterrisse de imediato no currículo escolar. A escola deve se ocupar de educação sexual (quem tem dúvida, com a disseminação da Aids), da educação para a preservação do meio ambiente (apesar de que ninguém controla as empresas contaminantes ou depredadoras). Deve participar das campanhas de vacinação (não há dúvida). Deve dar instrução cívica, com ênfase no exercício democrático do voto (visto o incremento do absentismo nos países desenvolvidos). Deve lutar contra todas as discriminações (de gênero, religião ou cor da pele). Deve criar o prazer pela leitura (apesar de que nunca soube criar o prazer do descobrimento). E agora, a alfabetização digital, além do currículo tradicional. Tudo isso em poucas horas de aula por dia, em poucas semanas do ano, com professores mal pagos, pior capacitados e com baixíssimo prestígio social.

E, no entanto, é ali onde muitas crianças descobrem o livro. Um livro que a professora não vai ler por mero gosto de ler, mas para ensinar a ler. Neste mundo desigual e dicotômico há duas classes sociais em função do livro e dos modos de ler: as crianças de um grupo social descobrem no âmbito familiar o prazer da leitura antes, muito antes de enfrentar a leitura de estudo; para as crianças do outro grupo social

o escrito é apresentado como objeto de estudo, sem que nada lhes permita imaginar que há outras maneiras de ler e, muito menos, que alguém possa sorrir — inclusive rir — enquanto lê.

\* \* \*

Sabemos que os livros, contrariamente a outros objetos, podem estar nas mãos das crianças muito antes de serem leitoras autônomas. Ter “seus próprios livros”, sua pequena biblioteca antes dos três anos, é algo bem diferente de ter seus próprios brinquedos. Porque esses primeiros livros são a possibilidade certa de ter acesso ao prazer da leitura, antes de saber ler.

Estar rodeado de carinho, no colo de um adulto acolhedor, enquanto se escuta uma história que surge misteriosamente das letras. Escutar de novo a mesma história, essa que o adulto e a criança sabem quase de memória, é assistir à fascinação da repetição: a escrita fixa as palavras de tal maneira que não se desorganizam nem se confundem. Não há paráfrases na leitura. Não há sinonímia. O ritual é executado uma e outra vez, com rigor implacável da sucessão das letras, os parágrafos e as páginas.

Sabemos da importância das primeiras experiências para moldar o imaginário pessoal e podemos acreditar, com fundamento, que uma precoce e prazerosa aproximação ao livro terá efeitos duradouros. Talvez não garanta um leitor consequente ao longo da vida, mas já é muito se o livro se localizar junto com as mais apreciadas recordações da época em que tudo são descobrimento e espanto.

\* \* \*

A tendência a tornar obrigatória a educação das crianças de 4-5 anos deve ser complementada com a organização das bibliotecas de cada sala de aula. Uma biblioteca escolar à qual as crianças vão de vez em quando (uma vez por semana, no melhor dos casos) não é o mesmo que uma biblioteca de sala à qual a educadora pode recorrer diariamente (várias vezes por dia, no melhor dos casos) para procurar infor-

mação, para selecionar um livro que será lido em voz alta, para organizar e comparar os livros, para organizar o empréstimo a domicílio...

O México é, pelo que sei, o país da região que tem uma tradição de mais de 50 anos de produzir e distribuir oportunamente livros de texto gratuitos a uma população de 15 milhões de alunos de fundamental. Este país já tem as bibliotecas de sala de aula bem instaladas, além das bibliotecas escolares, para todos os níveis da educação básica (pré-escola, fundamental e ensino médio, o que nos leva a uma população de mais de 25 milhões de estudantes). Trata-se de um acervo de livros recreativos bem como informativos. Para as bibliotecas de sala de aula e as bibliotecas escolares os editores são convocados, através de concorrências públicas anuais. Mas não é fácil manter o impulso inicial de tais programas, quando se esperam resultados imediatos.

\* \* \*

É esperável que estas ações de acesso ao livro com crianças de 4-5 anos ofereçam resultados imediatos? Claro que não. Todas as ações referidas a consolidar comportamentos leitores devem se concebidas em longo prazo. As bibliotecas de sala de aula geram sentimentos opostos nos professores que não estão preparados para alfabetizar com livros, no plural. Muitos consideram a presença dos livros como uma sobrecarga de trabalho: devem lê-los (ou ao menos explorá-los), organizá-los, classificá-los, organizar o serviço de empréstimo e garantir a integridade da coleção. O que raramente descobrem por si mesmos — mas através de um processo de capacitação que desperte sua inteligência — é que todas essas atividades podem ser feitas com as crianças, que organizar a biblioteca de sala é um projeto em longo prazo no qual todos podem participar e em que todos aprendem muito participando.

\* \* \*

O que nós, profissionais envolvidos com os processos de alfabetização dentro e fora da escola, esperamos dos editores?

Sabemos que as casas editoriais sofreram profundas transformações nos últimos anos e que algumas dessas transformações apontam inexoravelmente no sentido da rentabilidade dos produtos. Mas sabemos também que os editores — à diferença dos outros produtores e empresários — são parte de uma linhagem de “homens de cultura” que procuraram e procuram incidir nos parâmetros que definem o nível de cultura de uma população, no trânsito a uma cultura letrada de populações alheias à tradição escrita, na memória histórica dos povos, no acesso ao livro e à cultura escrita das crianças de hoje que serão pais de outras crianças em um futuro previsível.

Digo aos senhores, herdeiros de uma tradição humanística: as crianças, todas as crianças deste planeta, estão ávidas de livros inteligentes, bem pensados, desafiantes, livros que possam levar consigo, bem colados ao corpo. Livros que são ouvidos, olhados, livros com textura e cheiro. Livros cativantes, que passam pelo corpo todo.

Não basta produzir livros. É preciso garantir o acesso ao livro. Como é preciso garantir o acesso ao alimento, aos serviços de saúde, à educação e à água potável. No mesmo nível.

Os primeiros leitores são formados nas famílias, quando há livros e leitores ao seu redor. Por agora, e até que sejamos capazes de reduzir a desigualdade social que caracteriza a América Latina como região, a educação básica, a escola pública, é o lugar onde se formam os primeiros leitores dos outros grupos. Ali é necessário que haja livros, muitos, variados e atraentes. Também lousas e, melhor ainda, se houver um ou vários computadores. Mas, sobretudo, deve haver livros.

Não estou sugerindo que os editores publiquem preferencialmente livros para crianças. Estou enfatizando que os leitores são formados desde o início e que nada pode substituir uma primeira experiência amistosa, corpo a corpo, com a letra impressa materializada em um livro.

Chegou a hora de deixar de especular sobre as novas tecnologias com uma mescla de surpresa e temor. Estamos, de fato, convivendo com elas. Convivência difícil, reconheçamos, já que mal compreende-

mos uma, a substituição por outras se faz iminente. Em épocas de rápidos e frequentes deslocamentos é extraordinário poder transportar a música, as imagens e os textos de que necessitamos em um minúsculo dispositivo eletrônico. Mas continuamos dando lugar privilegiado aos livros, que não competem com os textos eletrônicos porque cumprem outras funções.

As mudanças são muito rápidas e toda previsão é arriscada. No entanto, o objeto livro tem virtudes intrínsecas. Nas palavras de Umberto Eco (2010), o livro é como a roda e a colher: objetos perfeitos que se reproduzem sem cessar. Mas à diferença desses objetos perfeitos, o livro está carregado de história e a História funda nosso presente apostando no futuro.

## Notas

1. Paul Duguid é o autor desta expressão. Ele é um dos novos intelectuais da informação, afiliado às Escolas de Informação ou às Escolas de "Management" de universidades britânicas e dos EUA, que incursiona também em temas históricos (história das marcas comerciais, por exemplo) e em temas sociais.

2. Reproduzido com autorização.